

JOAQUIM NABUCO E O SABER GEOGRÁFICO: UMA LEITURA A PARTIR DE MANUEL CORREIA DE ANDRADE

32

JOAQUIM NABUCO AND GEOGRAPHIC KNOWLEDGE: A READING FROM MANUEL CORREIA DE ANDRADE

<https://doi.org/10.51359/2525-6092.2022.255499>

Noême Martins de Araújo

noeme.martins.082@ufrn.edu.br

Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN

Natal – Rio Grande do Norte - Brasil

<http://orcid.org/0000-0001-6041-2638>

Hugo Arruda de Moraes

hugo.geografia@yahoo.com

Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN

Natal – Rio Grande do Norte - Brasil

<https://orcid.org/0000-0002-5126-4124>

Alyne Karollayne Melquiades Souza da Silva

alykarollayne@gmail.com

Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN

Natal – Rio Grande do Norte - Brasil

<https://orcid.org/0000-0001-6507-608X>

Resumo

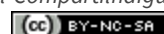
O geógrafo Manuel Correia de Andrade foi um profundo conhecedor da Geografia científica e prestigiado em várias áreas das ciências sociais em todo o território nacional. Segundo esse autor,

ARAÚJO, Noême Martins de; MOARIS, Hugo Arruda de; SILVA, Alyne Karollayne Melquiades Souza da.

Joaquim Nabuco e o saber geográfico: uma leitura a partir de Manuel Correia de Andrade. **Revista Rural & Urbano**. Recife. v. 07, n. 02., p. 32-59, 2022. Disponível em <<https://doi.org/10.51359/2525-6092.2022.255499>>

Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-Compartilha Igual 4.0 Internacional.

Texto da licença: <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>



há enorme contribuição nas concepções de Joaquim Nabuco, principalmente na obra *O Abolicionismo*, a qual – revestida de denúncias da realidade socioeconômica e territorial do país no período oitocentista –, tem potencial para ser enquadrada como saber geográfico. Nesse sentido, o presente artigo teve como objetivo, refletir a atualidade sociogeográfica do pensamento de Nabuco (2019 [1883]), a partir de pressupostos apontados por Andrade (1977; 1988; 1991; 1999; 2007; 2008). Os procedimentos metodológicos pautaram-se em pesquisa bibliográfica e documental. Também se empregou a hermenêutica como recurso à investigação dos textos que tratam do tema, o que permitiu a compreensão e interpretação do conteúdo central. Os principais resultados obtidos demonstraram que Joaquim Nabuco apresentou um conjunto de obras de grande relevância para os estudos históricos, sociológicos e geográficos do Brasil, principalmente ao discorrer sobre as bases do processo de construção da sociedade brasileira, enquanto uma nação inacabada, situando os escravizados como os protagonistas dessa feitura. Outrossim, os problemas apontados por Nabuco, naquele período, são ainda recorrentes na contemporaneidade, corroborando a hipótese levantada por Manuel Correia acerca da atualidade desse intérprete brasileiro.

Palavras-chave: Manuel Correia de Andrade; saber geográfico; O Abolicionismo; Joaquim Nabuco.

Abstract

The geographer Manuel Correia de Andrade was a profound connoisseur of scientific Geography and was renowned in various areas of the social sciences throughout the national territory. According to this author, there is an enormous contribution in the conceptions of Joaquim Nabuco, mainly in the work *O Abolicionismo*, which refers to the denunciation of the socioeconomic and territorial reality of the country in the 19th century -, it has the potential to be framed as geographical knowledge. In this sense, this article aims to reflect the current sociogeographic thinking of Nabuco (2019 [1883]), from assumptions pointed out by Andrade (1977; 1988; 1991; 1999; 2007; 2008). The methodological procedures were based on bibliographic and documentary research, hermeneutics was also used as a resource for the investigation of texts that deal with the theme, which allowed the understanding and interpretation of the central content. The main results obtained showed that Joaquim Nabuco presented a set of works of great relevance to the historical, sociological and geographical studies of Brazil, mainly when discussing the basis of the process of construction of Brazilian society, as an unfinished nation, placing the slaves as the protagonists of this achievement. Furthermore, the problems pointed out by Nabuco, in that period, are still recurrent contemporaneity, proving the hypothesis raised by Manuel Correia about the actuality of this Brazilian interpreter.

Keywords: Manuel Correia de Andrade; geographic knowledge; O Abolicionismo;

ARAÚJO, Noême Martins de; MOARIS, Hugo Arruda de; SILVA, Alyne Karolayne Melquiades Souza da. Joaquim Nabuco e o saber geográfico: uma leitura a partir de Manuel Correia de Andrade. **Revista Rural & Urbano**. Recife. v. 07, n. 02,, p. 32-59, 2022. Disponível em <<https://doi.org/10.51359/2525-6092.2022.255499>>

Joaquim Nabuco.

Submetido em 16 de setembro de 2022
Aceito em 01 de dezembro de 2022

Introdução

As obras de Manuel Correia de Andrade se destacam por abranger uma infinidade de temas contemplados pela Geografia; são textos e reflexões que abarcam, desde aspectos rurais, urbanos, ambientais, perpassando também por questões epistemológicas, teóricas e metodológicas próprias da ciência geográfica. Dentre tais abordagens, uma de suas preocupações tem estreita relação com o pensamento geográfico e a realidade brasileira.

Em relação a isso, Andrade (2007) demonstra que a delimitação da Geografia no espaço e no tempo e, simultaneamente, a compreensão das relações e das trocas que este conhecimento mantém com as ciências adjacentes – sejam sociais, sejam naturais – são centrais para o surgimento de um saber geográfico. Nessa perspectiva, o geógrafo pernambucano alerta para o fato de o conhecimento científico não ficar limitado a um único tempo, nem restrito a um espaço específico; esse evolui, passa por constantes transformações, assim, modificando-se continuamente.

Nesse sentido, Andrade (2007) afirma que o processo de transformação ocorrido no século XIX e no início do XX possibilitou uma série de estudos que, embora não fossem reconhecidos como geográficos, deram amplas contribuições à disciplina. O autor defende que, antes mesmo de existir uma Geografia institucionalizada no Brasil, havia um grande interesse e preocupação por assuntos relacionados a ela, os quais eram abordados, frequentemente, nas obras dos “cientistas sociais não-geógrafos”. (ANDRADE, 1977, p. 26).

Diante disso, considera que o conhecimento geográfico brasileiro tem fôlego para fazer frente ao pensamento geográfico internacional – obviamente sem refutá-lo, porquanto os modelos, as ideologias e os princípios teóricos nacionais podem, seguramente, ser elaborados tomando por base as produções da “inteligência brasileira”, desvincilhando-se da função de mera continuidade da erudição de outros povos. Dessa forma, o conhecimento geográfico assume o protagonismo da própria história através dos profundos conhecedores da realidade do país (ANDRADE, 1977).

ARAÚJO, Noême Martins de; MOARIS, Hugo Arruda de; SILVA, Aylene Karollayne Melquiades Souza da.

Joaquim Nabuco e o saber geográfico: uma leitura a partir de Manuel Correia de Andrade. **Revista Rural & Urbano**. Recife. v. 07, n. 02., p. 32-59, 2022. Disponível em <<https://doi.org/10.51359/2525-6092.2022.255499>>

Com base nesse pressuposto, faz-se notar a necessidade de um movimento epistemológico submetido à revisão do conhecimento geográfico situado em produções de inúmeros pensadores/autores não geógrafos. Este, possivelmente, seria um percurso fundamental para os avanços teórico-metodológicos na ciência geográfica.

Nessa óptica, reconhece-se a atualidade das ideias proferidas pelo monarquista Joaquim Nabuco, não somente pelo saber histórico contido em seus livros, como *O Abolicionismo*, mas também devido à pertinência geográfica apresentada nas produções desse intelectual. Para Andrade (1977), Nabuco (2019 [1883]) conferiu relevantes contribuições à construção da nação ao explanar o modo como as relações sociais e econômicas, baseadas na escravidão, configuraram o território nacional, explicitando o processo de ocupação do espaço e a produção econômica, ambos protagonizados pelos trabalhadores escravizados.

Tomando por base tais observações, apontamos que o principal objetivo deste escrito foi refletir a atualidade sociogeográfica do pensamento de Joaquim Nabuco, a partir dos pressupostos apontados por Manuel Correia de Andrade (1977). Para contemplar o objetivo proposto, buscou-se efetuar uma revisão bibliográfica dos seguintes textos de Andrade que abordam o referido assunto: *O pensamento geográfico e a realidade brasileira* (1977); *Atualidade de Nabuco* (1999); *Abolição e Reforma Agrária* (1991), incluindo o prefácio do livro *A escravidão* (1988 [1870]) de Joaquim Nabuco, cuja responsabilidade de escrita ficou pelas mãos do ilustre geógrafo ora discutido. Ademais, pretendeu-se revisar, de forma sintética, o livro *O Abolicionismo* (2019 [1883]), também de Nabuco, na tentativa de dialogar e perceber as evidências postas por Manuel Correia.

Diante disso, empregou-se a hermenêutica como recurso metodológico à interpretação dos textos que tratam do tema, o que permitiu a compreensão do conteúdo central, porquanto

A partir de uma abordagem hermenêutica poderíamos dizer que o texto é a mensagem, a fala, o discurso dos sujeitos; o contexto do texto passa a ser o contexto social-político-econômico-cultural-vital dos sujeitos que fazem a experiência do processo educativo, como uma formação crítica ou como alienação (GHEDIN, 2004, p. 5).

ARAÚJO, Noême Martins de; MOARIS, Hugo Arruda de; SILVA, Alyne Karolayne Melquiades Souza da. Joaquim Nabuco e o saber geográfico: uma leitura a partir de Manuel Correia de Andrade. **Revista Rural & Urbano**. Recife. v. 07, n. 02,, p. 32-59, 2022. Disponível em <<https://doi.org/10.51359/2525-6092.2022.255499>>

Essa perspectiva de abordagem dá-nos subsídios para a utilização desse procedimento como caminho investigativo no tocante aos escritos teóricos e literários.

Utilizou-se também a pesquisa documental, através do levantamento de informações nas plataformas da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em relação ao número de conflitos no campo ocorridos no Brasil, entre 2012 a 2021, e no Painel de Informações e Estatísticas da Inspeção do Trabalho no Brasil (Radar SIT), acerca da quantidade de trabalhadores em condições análogas à escravidão no país, entre 1995 a 2021.

Nesse sentido, o presente escrito estrutura-se em três seções. A primeira nomeia-se *O pensamento geográfico e a interpretação da realidade brasileira*, onde refletimos sobre a necessidade de investigar a hordiedade nacional como percurso para o fortalecimento de um saber centrado nos aspectos das experiências espaciais brasileiras. Seguidamente, pontuamos no seccionamento *Atualidade do pensamento de Joaquim Nabuco: os pressupostos de Manuel Correia de Andrade*, trazendo argumentos teóricos tecidos por ambos autores que ratificam não apenas a característica inovadora de Nabuco (2019), mas reafirmam a pertinência inquiridora de uma dos mais prestigiados nomes da Geografia brasileira. O último segmento, intitulado *Da abolição à (não)Reforma Agrária: As influências da escravidão no Brasil contemporâneo*, apresentamos dados atualizados acerca dos resgates de pessoas submetidas ao trabalho análogo a de escravo entre 1995 e 2021, bem como dos conflitos no campo em consequência da concentração fundiária, com recorte temporal de 2012 a 2021, relacionado-os com os apontamentos de Manuel Correia e Joaquim Nabuco.

O Pensamento geográfico e a interpretação da realidade brasileira

Normalmente, ao depararmo-nos com a expressão “pensamento geográfico”, logo nos remetemo aos intelectuais europeus clássicos, responsáveis pelo desenvolvimento das teorias geográficas basilares para o estabelecimento da Geografia científica, fato ocorrido primeiramente na Europa. Esses pressupostos, em consonância com a experiência profissional de seus idealizadores, foram se esboçando como percurso interpretativo, além de se comportarem como estratégias de

ARAÚJO, Noême Martins de; MOARIS, Hugo Arruda de; SILVA, Alyne Karolayne Melquiades Souza da. Joaquim Nabuco e o saber geográfico: uma leitura a partir de Manuel Correia de Andrade. **Revista Rural & Urbano**. Recife. v. 07, n. 02,, p. 32-59, 2022. Disponível em <<https://doi.org/10.51359/2525-6092.2022.255499>>

unificação territorial e planejamento bélico (ANDRADE, 1977). Substancialmente, elas se fizeram fundamentadas na realidade de seus países de origem.

Dessa forma, acreditamos que, no Brasil, figura-se um pensamento geográfico oriundo da problemática nacional, também fruto da vivência socioterritorial que, entrelaçada à qualificação dos intérpretes brasileiros, igualmente resultaram em teorias, sobretudo espaciais, como tática de construção da identidade coletiva dos indivíduos e de soberania da nação brasileira. Nessa perspectiva, Andrade (2007, p. 17) defende que

Somos daqueles que pensam já haver chegado a hora de se procurar escrever a história do pensamento geográfico brasileiro, procurando situá-lo face ao pensamento geográfico internacional e considerando-o como criativo, como interpretativo de uma realidade e não apenas como continuação do pensamento geográfico de outros povos a respeito da realidade brasileira.

Todavia, ressalte-se que a perspectiva defendida pelo autor não deve ser compreendida como tentativa de invalidar as origens fundadoras da Geografia moderna, mas para reconhecermos que o advento do pensamento geográfico é, também, traçado em consonância com a realidade e com as distintas experiências de vida em cada porção do território. Esse olhar sobre tais especificidades devem ser consideradas, uma vez que a conjuntura de formação do Brasil fora delineado em uma estrutura distinta daquelas europeias ou norte-americanas.

Inicialmente, acentuamos que o pensamento geográfico é uma formação discursiva ancorada nos temas espaciais, sendo social e historicamente construídos (MORAES, 2005) a partir de observações tecidas pelas sociedades acerca do meio em que vivem. Tais considerações emergiram “[...] em diferentes contextos discursivos, na imprensa, na literatura, no pensamento político, na ensaística, na pesquisa científica, etc.” (MORAES, 2005, p. 32). Ou seja, “[...] estudos, nem sempre considerados geográficos, mas que abordavam temas referentes ao processo de renovação da organização do espaço.” (ANDRADE, 2007, p. 10).

Nesse sentido, Andrade (2007), guiado por uma sensibilidade intelectual inquestionável, aponta a possível razão que justificaria a facilidade de absorção de teorias estrangeiras como caminho interpretativo à origem do pensamento geográfico brasileiro. Ele discorre:

ARAÚJO, Noême Martins de; MOARIS, Hugo Arruda de; SILVA, Alyne Karollayne Melquiades Souza da. Joaquim Nabuco e o saber geográfico: uma leitura a partir de Manuel Correia de Andrade. **Revista Rural & Urbano**. Recife. v. 07, n. 02,, p. 32-59, 2022. Disponível em <<https://doi.org/10.51359/2525-6092.2022.255499>>

É a consagração pura e simples de uma ideologia colonialista, de que existem povos superiores que devem dominar e povos dominados que são incapazes de elaborar os seus princípios científicos e as suas ideologias, ou que se limitam a copiar modelos de franceses, ingleses, alemães, americanos, russos ou chineses. (ANDRADE, 2007, p. 17).

Indubitavelmente, a inquietação em se desenvolver princípios teórico-geográficos pautados em um saber nacional e, em certa medida, autônomos de experiências distintas àquela brasileira não é tarefa simples, embora não seja impossível, porquanto

[...] em qualquer sociedade, em qualquer época, há algum tipo de Geografia, porque a simples reprodução da vida social de um dado grupo leva-o à necessidade de estabelecer relações com o espaço que o abriga. Essas relações entre a sociedade e o espaço envolvem, necessariamente, algum nível de conhecimento. Por esse motivo, pode-se dizer que a relação sociedade-espaço é uma relação universal, isto é, em qualquer época, em qualquer sociedade, encontra-se algum tipo de reflexão dos atores sociais a respeito do espaço que ocupam (MORAES, 2002, p. 151).

Em razão disso, Andrade (1977) defende que os intelectuais brasileiros são plenamente capazes de desenvolver seus próprios fundamentos teórico-metodológicos e desencadear suas concepções ideológicas sem, obviamente, refutar os contributos propiciados pelos pensadores clássicos. Tais teorias não devem e nem podem ser negligenciadas, pois, no caso nacional, “É quase impossível pensar a vida intelectual brasileira sem referências estrangeiras” (RIBEIRO, 2021, p. 3).

Outrossim, os princípios científicos institucionalizados não são exclusivos de classes geracionais ou de grupos particulares que se reconhecem como proprietários de uma verdade incontestável, cujo objetivo é refutar a imensa contribuição e a experiência de pesquisadores e intelectuais acumuladas durante anos de evolução da ciência (ANDRADE, 1977). Dito isso, salienta-se que não é nosso objetivo rejeitar as teorias e os pensadores clássicos da Geografia, mas agregar à história desta ciência suas origens no Brasil.

ARAÚJO, Noême Martins de; MOARIS, Hugo Arruda de; SILVA, Alyne Karolayne Melquiades Souza da. Joaquim Nabuco e o saber geográfico: uma leitura a partir de Manuel Correia de Andrade. **Revista Rural & Urbano**. Recife. v. 07, n. 02,, p. 32-59, 2022. Disponível em <<https://doi.org/10.51359/2525-6092.2022.255499>>

Nessa óptica, o pensamento geográfico vai se moldando à medida que reflexões “[...] sistemáticas sobre o espaço e sobre a Terra” assumem “[...] um cabedal de conhecimentos, no qual a Geografia acadêmica vai aparecer como uma modalidade.” (MORAES, 2002, p. 152). Pode-se, a partir dessa colocação, afirmar que a ciência geográfica nacional dispõe de condições para formular concepções teóricas compatíveis com a vivência, com os hábitos e com a praxe brasileira. Quanto a isso, Andrade (2007, p. 18) argumenta que “[...] quando pensamos em elaborar modelos para o Brasil, não devemos procurar nos informar de modelos ideais, abstratos, elaborados em outros continentes, mas procurar conhecer a nossa realidade e os desafios que ela apresenta.”

A inquietação em desvendar as raízes do saber geográfico brasileiro, demonstradas por Andrade (2007), relaciona-se com a lacuna que esse conhecimento carrega consigo, no que concerne ao período anterior a 1930, década de fundação das ciências sociais no Brasil. Nessa direção, Moraes (2002, p. 156) indica preocupação semelhante àquela apresentada por Manuel Correia:

[...] a história da Geografia brasileira ainda está para ser contada. Há ainda um número pequeno de estudos historiográficos, mas há grandes buracos-negros na história da Geografia no Brasil. Basicamente, quando se recua no tempo, maiores se tornam as lacunas do conhecimento na área, em grande parte porque aqui o campo disciplinar da Geografia só se vai compor nos anos de 1930. Antes dessa década, não existia o especialista geógrafo, e é difícil falar de uma única filiação ou de uma única tradição que abarque todo o escopo da disciplina. Enfim, é difícil falar de um campo disciplinar da Geografia no Brasil antes desse período.

A partir dessa afirmação feita por Moraes (2002), comprova-se a necessidade de se pensar as raízes dessa ciência como resultado de uma praxe espacial específica de formação.

À vista disso, Andrade (1999a, p. 21) aponta que, à proporção que as terras brasileiras iam sendo conquistadas e consolidadas, o território nacional tornava-se “[...] conhecido por meio das numerosas obras escritas”. Esses registros documentam a produção intelectual acerca da realidade brasileira que dão sustentação a um saber espacial, fruto da experiência nacional. Ainda segundo Andrade (1999a, p. 21),

ARAÚJO, Noême Martins de; MOARIS, Hugo Arruda de; SILVA, Alyne Karolayne Melquiades Souza da. Joaquim Nabuco e o saber geográfico: uma leitura a partir de Manuel Correia de Andrade. **Revista Rural & Urbano**. Recife. v. 07, n. 02,, p. 32-59, 2022. Disponível em <<https://doi.org/10.51359/2525-6092.2022.255499>>

Desde o seu descobrimento, o Brasil foi objeto de observações de interesse geográfico por parte de não geógrafos - navegadores, degredados, comerciantes etc -, que escreveram importantes textos sobre o que viram, as paisagens e o homem que vivia na nova terra descoberta. Esses textos, hoje publicados e analisados por especialistas, constituem material de grande interesse para o conhecimento geográfico do país.

Além disso, já no século XIX – período de grande efervescência intelectual –, existia um conglomerado de interpretações teóricas que tinham como principal objetivo desvendar e traduzir o que, de fato, era o Brasil dentro do quadro internacional. Aliás, essas concepções esforçavam-se para arquitetar um percurso que desaguasse na construção do nacionalismo brasileiro e no fortalecimento da pátria juvenil enquanto Estado-nação. Dito isso, acreditamos que esse momento histórico seja o cerne de um pensamento geográfico brasileiro propriamente dito.

Com efeito, Andrade (1977) vai adiante ao apresentar escritos que, supostamente, contenham os indícios da origem do que seria as primeiras manifestações de um saber alicerçado na realidade do país. Relativo a isso, ele declara que é necessário, para um entendimento mais amplo, o

[...] conhecimento das obras dos primeiros cronistas, como Pero de Magalhães Gandavo, Ambrósio Soares Brandão, Gabriel Soares, Hans Staden e Fernão Cardim, que conheceram o nosso país nos primeiros anos de colonização e emitiram opiniões sobre a forma como se procedeu à conquista e à ocupação do território, sobre a estruturação de um sistema econômico que voltou a adotar o modo de produção escravista visando ao desenvolvimento de um comércio capitalista, ou pré-capitalista. Os documentos holandeses do século XVII, feitos com o fim de orientar a conquista e consolidar a ocupação, também são muito ricos em informações de interesse geográfico, podendo e devendo ser utilizados em larga escala. Do século XVIII dispomos, dentre outros trabalhos, do estudo de síntese, verdadeiro relatório dos vários sistemas ou subsistemas de exploração dos solos e de organização socioeconômica, feita por Antonil (1667) e largamente utilizado nos dias de hoje por historiadores e sociólogos. Do século XIX, quando o sistema colonial português, profundamente atingido pelas guerras napoleônicas, atingiu o máximo de deterioração e permitiu a visita ao nosso país de cientistas e viajantes estrangeiros, chegando até a estimular a vinda de técnicos e artistas como os que compunham a Missão Francesa, de engenheiros como Varnhagen e Eschwege, dispomos de livros interessantíssimos, como o do próprio Eschwege, os de Saint-Hilaire, Spix e Martius (1817), etc. (ANDRADE, 1977, p. 17;18).

ARAÚJO, Noême Martins de; MOARIS, Hugo Arruda de; SILVA, Alyne Karollayne Melquiades Souza da. Joaquim Nabuco e o saber geográfico: uma leitura a partir de Manuel Correia de Andrade. **Revista Rural & Urbano**. Recife. v. 07, n. 02,, p. 32-59, 2022. Disponível em <<https://doi.org/10.51359/2525-6092.2022.255499>>

Desse modo, embora tenha elencado uma lista de nomes, majoritariamente estrangeiros, o sentido é sempre o mesmo, buscar as interpretações acerca da realidade brasileira e demonstrá-las como foram escrupulosamente pautadas na geografia do país. Para não se limitar às concepções de pensadores vindos do exterior, Andrade (1977), de forma brilhante, traz contribuição antológica para o pensamento geográfico brasileiro ao apontar obras de intelectuais nacionais não geógrafos; dentre aqueles citados por ele, destacamos Euclides da Cunha e o livro *Os sertões*; e Joaquim Nabuco e sua obra *O abolicionismo*.

A sensibilidade e a autonomia, próprias do geógrafo Manuel Correia de Andrade, fizeram-no assimilar com destreza que tais autores e obras são fundamentais para compreender parte da história e das origens de uma geograficidade vernacular. Por este motivo,

Constituem uma bibliografia indispensável para os especialistas em Geografia, de vez que, se esta ciência serve para fazer a guerra, como salienta Yves Lacoste (1976), serve também para analisar as estruturas que contribuem tanto para a preservação do subdesenvolvimento como para fornecer as indicações necessárias ao planejamento do desenvolvimento econômico e social. (ANDRADE, 1977, p. 20).

Embora as produções intelectuais elaboradas durante a época imperial e nos primeiros anos da república não tivessem o explícito caráter geográfico, “[...] face à preocupação com a realidade brasileira, tinham interesse para a geografia e abordavam temas que hoje preocupam geógrafos” (ANDRADE, 1999a, p. 23).

Nessa perspectiva, deter-nos-emos à obra de Joaquim Nabuco, *O abolicionismo*, onde é apresentado um relato descritivo da dinâmica espacial brasileira situado no final do século XIX. Frequentemente, ao defender o fim da escravidão, ao tratar da estrutura social e econômica do país, o autor desenvolveu temas de grande interesse geográfico. Não por acaso, Andrade (1977, p. 19) salienta:

Joaquim Nabuco, em livro polêmico e de campanha política em favor da libertação dos escravos, ao analisar a contribuição dos africanos ao desenvolvimento e à ocupação do espaço brasileiro e ao polemizar sobre a posse e o uso da terra, dá uma contribuição sócio-geográfica de grande atualidade aos

ARAÚJO, Noême Martins de; MOARIS, Hugo Arruda de; SILVA, Alyne Karolayne Melquiades Souza da. Joaquim Nabuco e o saber geográfico: uma leitura a partir de Manuel Correia de Andrade. **Revista Rural & Urbano**. Recife. v. 07, n. 02., p. 32-59, 2022. Disponível em <<https://doi.org/10.51359/2525-6092.2022.255499>>

geógrafos de hoje. É impressionante como o político pernambucano, apesar de sua fidelidade à Monarquia, compreendia a problemática agrária brasileira, e como foi consequente em sua ação política.

A partir de tal afirmação, acentuamos que Nabuco (2019 [1883]) foi um dos pioneiros a incluir o trabalhador escravizado como principal agente produtor do espaço geográfico brasileiro, como também apresentou o processo de estruturação econômica baseada na monocultura açucareira e o modo pelo qual esse ordenamento impactou na configuração territorial nacional. Partiremos, pois, das pontuações acerca do pensamento de Nabuco (2019 [1883]), enfatizadas por Andrade (1977), na tentativa de evidenciar a atualidade sociogeográfica do pensamento de Joaquim Nabuco e sua contribuição para o pensamento geográfico brasileiro.

Atualidade do pensamento de Joaquim Nabuco: os pressupostos de Manoel Correia de Andrade

O termo *atualidade* nos remete à ideia do que é recente, novo, contemporâneo, dentre outras palavras do mesmo campo semântico. São tantas as expressões sinônimas referentes a esse vocábulo que poderíamos nos alongar mais do que gostaríamos para tentar abarcar todos. Considerando que um dos adjetivos atribuídos por Manuel Correia de Andrade ao pensamento de Joaquim Nabuco foi, justamente, o de “atualidade”, por este ter dado expressiva “contribuição sócio-geográfica” ao profissional “geógrafo de hoje” (ANDRADE, 1977, p. 19). Embora esse pensador tenha vivido no período oitocentista e falecido na primeira década do século XX, suas ideias são identificadas como revolucionárias dentro do contexto histórico em que foram concebidas.

Joaquim Nabuco foi um político pernambucano que se destacou pelo ideal liberal e monarquista – ainda que tenha mantido um apoio crítico a essa forma de governo – e, principalmente, por conduzir a causa abolicionista ao parlamento. O período de atuação do escritor como antiescravista teve início ainda na juventude quando, em 1870, ao completar 21 anos, escreveu seu primeiro livro dedicado à luta a favor da abolição, intitulado *A escravidão* – não obstante, esse escrito veio a público somente em 1949 (ANDRADE, 1988). *O Abolicionismo*

ARAÚJO, Noême Martins de; MOARIS, Hugo Arruda de; SILVA, Alyne Karolayne Melquiades Souza da. Joaquim Nabuco e o saber geográfico: uma leitura a partir de Manuel Correia de Andrade. **Revista Rural & Urbano**. Recife. v. 07, n. 02,, p. 32-59, 2022. Disponível em <<https://doi.org/10.51359/2525-6092.2022.255499>>

(1883), outra obra desse mesmo autor, retomou a pauta escravagista, embora se apresente mais completa e com um nível de maturidade intelectual superior à anterior. No que diz respeito a essas publicações, ambas revelaram um Nabuco sensível aos dramas sociais, especialmente no que se refere à pessoa escravizada e aos desdobramentos dessa estrutura econômica na configuração do país enquanto nação.

Nessa óptica, Andrade (1977) reconhece haver, no pensamento de Joaquim Nabuco, subsídios que podem servir de apoio aos estudos geográficos. Ora, o político abolicionista – antes mesmo da institucionalização da Geografia no Brasil –, já estava tratando da “[...] contribuição dos africanos ao desenvolvimento e à ocupação do espaço brasileiro” e encarregando-se das discussões acerca da posse e uso da terra (ANDRADE, 1977, p. 19). Acresce-se a isso, sua “[...] capacidade de compreensão dos problemas sociais, pode-se dizer que sociológica, antropológica, surpreendente para sua época, se considerarmos que nela as chamadas Ciências Sociais ainda engatinhavam” (FREYRE, 1999, p. 10).

Todavia, o geógrafo pernambucano alerta que “Sabendo-se que o livro foi escrito há mais de um século, deve-se fazer a leitura do mesmo raciocinando-se em função da época em que foi escrito, com suas crenças, seus pensamentos, suas limitações e seus pré-julgamentos” (ANDRADE, 1988, p. 15). Atentando-se ao contexto em que a obra se situa, será possível observar a atualidade que essa demonstra (ANDRADE, 1988).

Posto isso, faz-se adequado discutirmos a concepção de Manuel Correia acerca da atualidade das ideias de Joaquim Nabuco e como o abolicionista, através dos seus escritos, propiciou valiosas contribuições ao pensamento geográfico brasileiro.

Como dito anteriormente, Nabuco não só defendeu o fim da escravidão, mas levantou também discussões sobre o latifúndio. Andrade (1991, p. 29) afirma que o jovem liberal vislumbrava a necessidade de “[...] condenar não só a propriedade do homem sobre o homem como também a propriedade da terra” como alternativa de consolidação de uma nação desenvolvida. Exemplo disso está em um dos seus discursos manifestos na campanha abolicionista de 1884:

Senhores, a propriedade não tem somente direitos, tem também deveres, e o estado da pobreza entre nós, a indiferença com que todos olham para a condição

ARAÚJO, Noême Martins de; MOARIS, Hugo Arruda de; SILVA, Alyne Karollayne Melquiades Souza da. Joaquim Nabuco e o saber geográfico: uma leitura a partir de Manuel Correia de Andrade. **Revista Rural & Urbano**. Recife. v. 07, n. 02,, p. 32-59, 2022. Disponível em <<https://doi.org/10.51359/2525-6092.2022.255499>>

do povo, não faz honra à propriedade, como não faz honra aos poderes do Estado. Eu, pois, se for eleito, não separarei mais as duas questões – a da emancipação dos escravos e a da democratização do solo. (NABUCO, 2005 [1884], p. 58).

Seguramente, Joaquim Nabuco, mesmo sem dispor do cabedal da Geografia na condição de ciência naquele momento histórico, demonstrava uma capacidade de leitura espacial inteligível, revelando, sob sua ótica, a realidade daquele período dentro de uma perspectiva minimamente geográfica. Em vários de seus escritos e discursos, revelou como o território brasileiro foi se moldando por intermédio da estrutura escravocrata. Ora, “Como se sabe, o regime da terra sob a escravidão consiste na divisão de todo o solo explorado em certo número de grandes propriedades” (NABUCO, 2019 [1883], p. 133).

Substanciado na perspectiva da servidão como principal agente no arranjo territorial do Brasil, particularidade quase que exclusiva do país, Manuel Correia, no livro *Abolição e Reforma Agrária* (1991), aborda a problemática e, na discussão teórica, o jurista nordestino, Joaquim Nabuco, faz-se presente em vários momentos do escrito. Andrade (1991), mesmo não tendo como objetivo centrar a sua abordagem estritamente ao que Nabuco defendia, reiterou a atualidade do pensador social oitocentista.

Conforme a perspectiva de Andrade (1991, p. 5), as campanhas pela Abolição e pela Reforma Agrária são dois “[...] movimentos político-sociais realizados com um século de distância um do outro” e, teoricamente, são lutas por causas distintas. No entanto, Nabuco (2019 [1883]) já conseguia uni-las em um mesmo propósito, além de identificar uma causa comum para ambas: a escravidão.

Nesse sentido, Andrade (1991), de certo modo, retoma a abordagem inaugurada por Nabuco (2019 [1883]) ao refletir de forma conjunta a questão abolicionista e a democratização do solo, reconhecendo a pertinência em se investigar simultaneamente ambas mobilizações, mesmo que discrepâncias temporais se apresentem, elas estão intimamente ligadas. Em razão disso, ele justifica que “[...] quando analisamos que a causa remota de um e de outro é a mesma e que a luta dos grupos sociais menos favorecidos para alcançar um lugar ao sol se processou e se processa através de fontes bastante semelhantes” (ANDRADE, 1991, p. 5).

ARAÚJO, Noême Martins de; MOARIS, Hugo Arruda de; SILVA, Alyne Karollayne Melquiades Souza da. Joaquim Nabuco e o saber geográfico: uma leitura a partir de Manuel Correia de Andrade. **Revista Rural & Urbano**. Recife. v. 07, n. 02, p. 32-59, 2022. Disponível em <<https://doi.org/10.51359/2525-6092.2022.255499>>

Ainda segundo esse autor, tais campanhas são resultados da forma como se procedeu à conquista do território, os critérios que as populações autóctones foram submetidas ao sistema de uso e posse da terra e, principalmente, as circunstâncias impostas “[...] aos grandes contingentes de negros trazidos da África para possibilitar o desenvolvimento das grandes plantações” (ANDRADE, 1991, p. 5).

Concernente ao pensamento revolucionário de Nabuco quanto à democratização do solo e as outras propostas por ele apresentadas em conjunto com outros abolicionistas, teria possivelmente mitigado alguns dos problemas vigentes no século XXI que, no entanto, prolongam-se desde o final do século XIX. Percebe-se essa afirmação mediante as observações de Andrade (1991, p. 6):

A Lei Áurea não foi complementada por outras leis propostas por abolicionistas como Joaquim Nabuco, André Rebouças e João Alfredo, que desejavam leis que promovessem o desenvolvimento da agricultura, através de crédito abundante, fácil e barato; desejavam também a criação de colônias agrícolas que abrigassem os libertos e a desapropriação de terras que não fossem exploradas, situadas às margens das ferrovias em construção. Igual medida era sugerida para as terras situadas às margens dos rios navegáveis e no litoral. Daí postularem Joaquim Nabuco e André Rebouças, respectivamente, a necessidade de uma democracia rural.

Outrossim, a concentração fundiária, como já observado, deriva do regime de trabalho escravo adotado para reprodução econômica desde a colonização. Acresce-se que, na concepção de Nabuco (2019 [1883]), essa estrutura possui mais um agravante, a monocultura. Ele observa:

Mas essa ilusão toda de riqueza, de desenvolvimento nacional, criada por este [café], como a do açúcar e a do algodão no norte, como a da borracha no vale do Amazonas, como a do ouro em Minas Gerais, não engana a quem a estuda e observa nos seus contrastes, na sombra que ela projeta: a realidade é um povo antes escravo do que senhor do vasto território que ocupa. (NABUCO, 2019 [1883], p. 139).

Nota-se nos escritos do abolicionista um grande incômodo quanto à concentração produtivo-econômica em uma única cultura agrícola. Esse desconforto provinha não somente de pensar o latifúndio enquanto espaço da monocultura e da suposta insegurança financeira que esse

ARAÚJO, Noême Martins de; MOARIS, Hugo Arruda de; SILVA, Alyne Karollayne Melquiades Souza da. Joaquim Nabuco e o saber geográfico: uma leitura a partir de Manuel Correia de Andrade. **Revista Rural & Urbano**. Recife. v. 07, n. 02,, p. 32-59, 2022. Disponível em <<https://doi.org/10.51359/2525-6092.2022.255499>>

sistema de produção provocaria, mas também das consequências que a preservação e o prosseguimento de uma prática que beneficiava apenas um seletivo e reduzido grupo de pessoas ocasionaria na coletividade e no país de modo geral.

Tal colocação pode ser percebida quando Nabuco (2019 [1883], p. 139) menciona um discurso presenciado por ele: “Quando o Sr. Silveira Martins disse no Senado, ‘O Brasil é o café, e o café é o negro’ – não querendo por certo dizer o escravo –, definiu o Brasil como fazenda, como empresa comercial de uma pequena minoria de interessados, em suma, o Brasil da escravidão atual”.

Nesse ínterim, Nabuco (2019 [1883]) traz uma dimensão global ao observar o vastíssimo potencial do território brasileiro reduzido ao café e ao trabalho escravo; quanto aos outros momentos da história, pondera as diversas fases e ciclos que seguiram sempre os moldes da monocultura. Este revela:

Mas basta que um país, muito mais vasto do que a Rússia da Europa, quase o dobro da Europa sem a Rússia, mais de um terço do Império Britânico nas cinco partes do mundo, povoado por mais de 10 milhões de habitantes, possa ser descrito daquela forma, para se avaliar o que a escravidão fez dele. (NABUCO, 2019 [1883], p. 139).

A adoção desse complexo de produção econômica, segundo ele,

[...] não açoitou somente as costas do homem negro, macerou as carnes de um povo todo: pela ação de leis sociais poderosas, que decorrem da moralidade humana, essa fábrica de espoliação não podia realizar bem algum, e foi, com efeito, um flagelo que imprimiu na face da sociedade e da terra todos os sinais da decadência prematura. (NABUCO, 2019 [1883], p. 139).

Diante disso, Andrade (1999, p. 20) relata que “Para ele [Joaquim Nabuco] a abolição da escravatura não era apenas a libertação para os negros, ela devia ser seguida de uma reforma agrária que desse aos negros condições de trabalho, reforma que ele reivindicou na Câmara Imperial, já antes, em 1884, o que lhe custou a não-reeleição”. Concernente ao período em que Nabuco exerceu seu primeiro mandato como deputado geral pela província de Pernambuco, além

ARAÚJO, Noême Martins de; MOARIS, Hugo Arruda de; SILVA, Alyne Karollayne Melquiades Souza da. Joaquim Nabuco e o saber geográfico: uma leitura a partir de Manuel Correia de Andrade. **Revista Rural & Urbano**. Recife. v. 07, n. 02,, p. 32-59, 2022. Disponível em <<https://doi.org/10.51359/2525-6092.2022.255499>>

de dar início à sua diligência contra a escravidão, “[...] combateu um projeto de exploração do Xingu, defendendo os direitos dos indígenas” (ANDRADE, 1999, p. 25).

A sensibilidade de perceber a dinâmica geográfica decorrente da apropriação da terra mediante à monocultura, senda esta regida pela escravidão, é indiscutível no pensamento nabuconiano, por meticulosamente perceber “[...] que em parte alguma a cultura do solo foi mais destruidora” (NABUCO, 2019 [1883], p. 140). Logo, consoante Nabuco (2019 [1883]), tal regime de exploração da terra também conduz a outro grande problema: a devastação da natureza.

De forma lacônica, ele consegue fazer um ensaio da instalação da monocultura inflada pela escravidão, desde a retirada da cobertura vegetal natural até o esgotamento da terra. Nesse sentido, ele pontua: “[...] onde ela chega queima as florestas, minera e esgota o solo e, quando levanta as suas tendas, deixa após de si um país devastado em que consegue vegetar uma população miserável de proletários nômades” (NABUCO, 2019 [1883], p. 131; 132).

Nabuco (2019 [1883]) trata da questão ambiental submetida à dinâmica escravista de uma forma muito inovadora para sua época. Ele consegue ter uma percepção muito clara e sistematizada daquele momento histórico, unindo elementos naturais, sociais, econômicos e territoriais, desvelando a maneira como a escravidão foi moldando a geografia nacional. Nas palavras dele,

O parcelamento feudal do solo que ela instituiu, junto ao monopólio do trabalho que possui, impede a formação de núcleos de população industrial e a extensão do comércio no interior. Em todos os sentidos foi ela, e é, um obstáculo ao desenvolvimento material dos municípios: explorou a terra sem atenção à localidade, sem reconhecer deveres para com o povo de fora das suas porteiras; queimou, plantou e abandonou; consumiu os lucros na compra de escravos e no luxo da cidade; não edificou escolas, nem igrejas, não construiu pontes, nem melhorou rios, não canalizou a água nem fundou asilos, não fez estradas, não construiu casas, sequer para os seus escravos, não fomentou nenhuma indústria, não deu valor venal à terra, não fez benfeitorias, não granjeou o solo, não empregou máquinas, não concorreu para progresso algum da zona circunvizinha. O que fez foi esterilizar o solo pela sua cultura extenuante, embrutecer os escravos, impedir o desenvolvimento dos municípios e espalhar em torno dos feudos senhoriais o aspecto das regiões miasmáticas, ou devastadas pelas instituições que suportou, aspecto que o homem livre instintivamente reconhece. (NABUCO, 2019 [1883], p. 142).

ARAÚJO, Noême Martins de; MOARIS, Hugo Arruda de; SILVA, Alyne Karollayne Melquiades Souza da. Joaquim Nabuco e o saber geográfico: uma leitura a partir de Manuel Correia de Andrade. **Revista Rural & Urbano**. Recife. v. 07, n. 02., p. 32-59, 2022. Disponível em <<https://doi.org/10.51359/2525-6092.2022.255499>>

Perceba que Nabuco (2019 [1883]) já revelava pautas que, posteriormente – mais de um século depois –, tornaram-se recorrentes e extremamente importantes e que, inclusive, tornaram-se uma das incumbências da ciência geográfica. Consoante Andrade (2008, p. 30), “Cabe à Geografia, estudando as relações entre a sociedade e a natureza, analisar a forma como a sociedade atua, criticando os métodos utilizados e indicando as técnicas e as formas sociais que melhor mantenham o equilíbrio biológico e o bem-estar social” (ANDRADE, 2008 p. 30).

Andrade (1988, p. 15) observa a capacidade analítica que seu conterrâneo, Joaquim Nabuco, dispunha. O professor aponta que “Nabuco preocupou-se em focalizar o problema sem delimitá-lo metodologicamente dentro de um esquema positivista, de separação do conhecimento científico em compartimentos estanques”. Essa conduta, *per se*, já o distingue e atesta seu caráter atual em relação aos demais intelectuais de sua época, dado que a abordagem positivista ainda era um parâmetro válido e muito utilizado no Brasil. Outro aspecto que diferenciava o escritor *d’O abolicionismo* era que, na perspectiva de Andrade (1988, p. 15),

Ele tinha uma visão de totalidade, analisando a escravidão sob os mais diversos enfoques, o histórico, o social, o jurídico e o religioso, embora sua preocupação primeira fosse as suas consequências sociais, como uma instituição ilegítima e ilícita que degrada a sociedade, tanto a classe dominante dos senhores, quanto a dominada, dos escravos.

Outro aspecto interessante e que corrobora com o pressuposto apontado por Andrade (1977), quanto à atualidade do pensamento de Nabuco e sua contribuição para o pensamento sociogeográfico brasileiro, é a precisão com que o abolicionista identifica o trabalhador escravizado como o principal agente produtor do espaço. Em virtude disso, Nabuco expõe que

[...] o que existe até hoje sobre o vasto território que se chama Brasil foi levantado ou cultivado por aquela raça; isso quer dizer que foi ela que construiu o nosso país. Há trezentos anos que o africano tem sido o principal instrumento da ocupação e da manutenção do nosso território pelo europeu. (NABUCO, 2019 [1883], p. 45).

Ainda detalha:

ARAÚJO, Noême Martins de; MOARIS, Hugo Arruda de; SILVA, Alyne Karolayne Melquiades Souza da. Joaquim Nabuco e o saber geográfico: uma leitura a partir de Manuel Correia de Andrade. **Revista Rural & Urbano**. Recife. v. 07, n. 02,, p. 32-59, 2022. Disponível em <<https://doi.org/10.51359/2525-6092.2022.255499>>

Onde ele não chegou ainda, o país apresenta o aspecto com que surpreendeu os seus primeiros descobridores. Tudo o que significa luta do homem com a natureza, conquista do solo para a habitação e cultura, estradas e edifícios, canaviais e cafezais, a casa do senhor e a senzala dos escravos, igrejas e escolas, alfândegas e correios, telégrafos e caminhos de ferro, academias e hospitais, tudo, absolutamente tudo que existe no país, como resultado do trabalho manual, como emprego de capital, como acumulação de riqueza, não passa de uma doação gratuita da raça que trabalha à que faz trabalhar. (NABUCO, 2019 [1883], p. 45).

Nessa óptica, fundamentados no pensamento de Joaquim Nabuco e mediados pela perspectiva geográfica de Manuel Correia de Andrade, descortina-se a realidade do Brasil no final do século XIX. Gradualmente, o sentido do arranjo territorial brasileiro balizado nesse período vai, em certa medida, demonstrando suas nuances na contemporaneidade, manifestando não só a atualidade de um dos mais importantes intelectuais do pensamento social brasileiro, mas seu aporte no desenvolvimento de um saber geográfico nacional.

Andrade (1988, p. 20) julga de suma importância a leitura e reflexão dos escritos de Joaquim Nabuco, como uma forma de resgatar a problemática que envolve a configuração e o ordenamento jurídico do território e da sociedade brasileira, pois “[...] a partir de uma reflexão sobre o texto, verão que os grandes problemas do Brasil, para serem solucionados, levam dezenas de anos em discussão e, uma vez solucionados legalmente, levam também muitos anos para que sejam aplicados.”

Tal apontamento de Andrade (1988), remete-nos às inúmeras leis promulgadas ao longo de muitas décadas no Brasil, que tinham o intuito de resolver entraves seculares advindos da escravidão. Algumas normas legislativas foram criticadas pelo próprio Nabuco (2019 [1883]), o qual, como advogado, apresentou uma leitura apurada e direcionada aos motivos da não aplicação ou da transgressão dessas, amparada, em alguns casos, pelo próprio império brasileiro, a título de exemplo, a Lei Feijó, que proibia em 1835 o tráfico de escravizados e que nunca fora cumprida. Outras foram apenas decretadas como estratégia de manutenção da escravidão de modo a protelar sua abolição (NABUCO, 2019 [1883]).

Com efeito, a análise dos escritos de Joaquim Nabuco, conforme Andrade (1988, p. 20), avança às contribuições geográficas diante da evolução histórica do Brasil, leva-nos a refletir e

ARAÚJO, Noême Martins de; MOARIS, Hugo Arruda de; SILVA, Alyne Karollayne Melquiades Souza da. Joaquim Nabuco e o saber geográfico: uma leitura a partir de Manuel Correia de Andrade. **Revista Rural & Urbano**. Recife. v. 07, n. 02., p. 32-59, 2022. Disponível em <<https://doi.org/10.51359/2525-6092.2022.255499>>

propicia o entendimento da “[...] grande resistência das estruturas sociais a qualquer política de mudança”. Logo, torna-se evidente que, por vezes, é “[...] mais fácil realizar mudanças formais na legislação do que reais, no funcionamento da própria sociedade” (ANDRADE, 1988, p. 20). Essa conjuntura pode muito bem ser observada quando dispomos de leis que decretam a função social da terra, legislam acerca da Reforma Agrária, mas que, de fato, nunca foram postas em prática.

Finalizando esta seção com as palavras do ilustre geógrafo Manuel Correia de Andrade, que traz à cena o pernambucano Joaquim Nabuco, cujos pensamentos e ideias histórico-geográficas fascinaram-no e instigaram-no a escrita, reafirmamos e tomamos como préstimo que

O cientista social deve, [...], basear-se no conhecimento histórico para compreender e explicar o processo que fez evoluir o sistema até o estágio atual, e compreender a estrutura de pressões que tentam sustar a evolução do sistema ou dirigi-la em benefício de determinados grupos sociais ou do conjunto da população (ANDRADE, 1977, p. 23).

Da abolição à (não)reforma agrária: as influências da escravidão no Brasil contemporâneo

Nas últimas décadas do século XIX, Joaquim Nabuco estava exigindo a abolição, e não apenas isso. Para ele, era insuficiente apenas libertar as pessoas escravizadas; era necessário incluí-las na sociedade, dar-lhes educação, terra para plantar e inseri-las no mercado de trabalho. Em trecho d’*O abolicionismo*, ele comenta:

Depois que os últimos escravos houverem sido arrancados ao poder sinistro que representa para a raça negra a maldição da cor, será ainda preciso desbastar, por meio de uma educação viril e séria, a lenta estratificação de trezentos anos de cativo, isto é, de despotismo, superstição e ignorância. O processo natural pelo qual a escravidão fossilizou nos seus moldes a exuberante vitalidade do nosso povo durante todo o período de crescimento, e enquanto a nação não tiver consciência de que lhe é indispensável adaptar à liberdade cada um dos aparelhos do seu organismo de que a escravidão se apropriou, a obra desta irá por diante, mesmo quando não haja mais escravos (NABUCO, 2019 [1883], p. 33).

Não por coincidência, Manuel Correia de Andrade, desde 1977, alerta para a contribuição do pensamento de Joaquim Nabuco para a Geografia da atualidade. Nomeadamente, o geógrafo

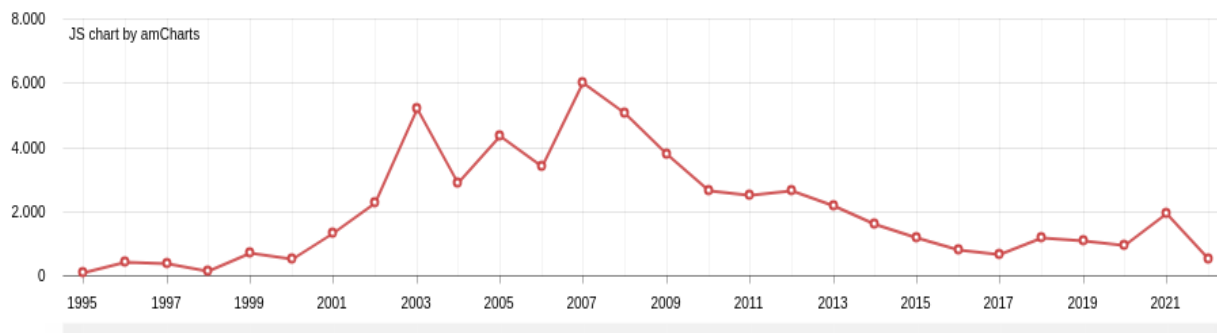
ARAÚJO, Noême Martins de; MOARIS, Hugo Arruda de; SILVA, Alyne Karolayne Melquiades Souza da. Joaquim Nabuco e o saber geográfico: uma leitura a partir de Manuel Correia de Andrade. **Revista Rural & Urbano**. Recife. v. 07, n. 02,, p. 32-59, 2022. Disponível em <<https://doi.org/10.51359/2525-6092.2022.255499>>

atuou escrevendo livros e organizando obras que tratavam do intelectual do pensamento social brasileiro. Ora, Andrade reconhecia a extrema hodiernidade de Nabuco não só pelo necessário resgate de uma parcela do pensamento geográfico nacional desenvolvido por este, mas também pela forma de ele nos provocar reflexões acerca das circunstâncias adversas que se presentificam no país e espelham-se na contemporaneidade, além de fazermos apreender como o arranjo territorial, moldado no final do século XIX, repercute-se e reproduz-se nos dias vigentes. A manutenção desse *status quo*, alicerçado em uma estrutura desigual e cruel como a escravidão, ainda não plenamente abolida no século XXI e, espantosamente, tendo sua validação e vigência nos dias correntes.

O Painel de Informações e Estatísticas da Inspeção do Trabalho no Brasil – Radar SIT – revela que 58.166 trabalhadores em condições análogas a de escravo foram encontrados pela Inspeção do Trabalho em todo o Brasil, no período de 1995 a 2021. O total de estabelecimentos fiscalizados foi de 2.767, incluindo áreas urbanas e rurais. O Gráfico 1 apresenta um apanhado geral dos anos e da quantidade de pessoas resgatadas.

Gráfico 1 - Quantidade de trabalhadores em condições análogas a trabalho Escravo em todos os anos no Brasil

ARAÚJO, Noême Martins de; MOARIS, Hugo Arruda de; SILVA, Alyne Karolayne Melquiades Souza da. Joaquim Nabuco e o saber geográfico: uma leitura a partir de Manuel Correia de Andrade. **Revista Rural & Urbano**. Recife. v. 07, n. 02., p. 32-59, 2022. Disponível em <<https://doi.org/10.51359/2525-6092.2022.255499>>



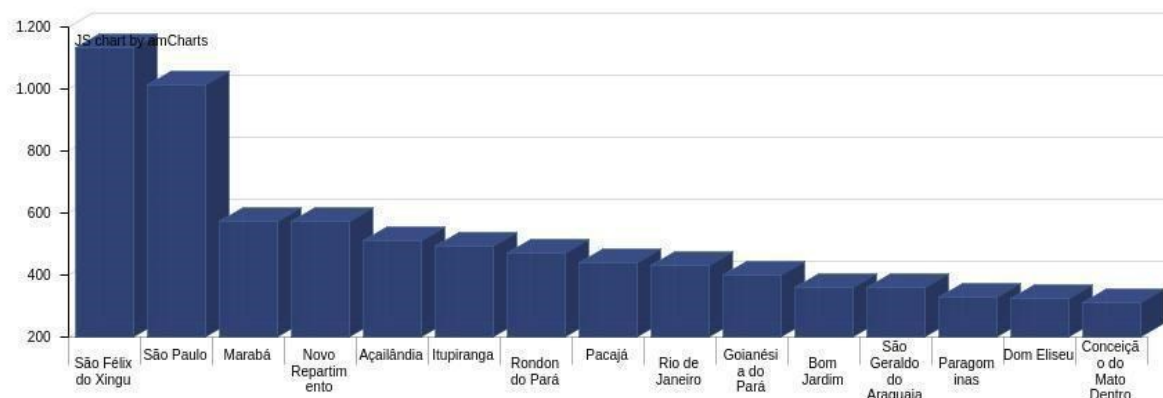
Fonte: Painel de Informações e Estatísticas da Inspeção do Trabalho no Brasil – Radar SIT (2022)

Os estabelecimentos autuados de maneira recorrente são, respectivamente, fazendas, canteiros de obras, garimpos, carvoarias, fábricas de cerâmicas e domicílios residenciais (Radar SIT, 2022). Observam-se picos no quantitativo de resgates entre 2003 e 2007, contabilizando mais de 20 mil trabalhadores recuperados no período correspondente. No entanto, após o ano de 2007 – onde se listou a maior alta de salvamentos – os registros só caíram no decorrer dos anos subsequentes, tendo um aumento sutil em 2021, com 1.933 resgates.

Retornando aos dados, constatamos no Gráfico 2 que, dentre os 15 municípios listados com o maior número de infrações, 11 localizam-se na região Norte, mas precisamente no estado do Pará, sendo estes: São Félix do Xingu, Marabá, Novo Repartimento, Itupiranga, Rondon do Pará, Pacajá, Goianésia do Pará, São Geraldo do Araguaia, Paragominas e Dom Eliseu. Dentre todas as localidades relacionadas no Gráfico 2, São Félix do Xingu apresentou o índice mais elevado de pessoas identificadas por órgãos fiscalizadores em condições análogas à de escravo: 1.134 trabalhadores entre os anos de 1995 a 2021. Ressalte-se que, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2017), essa cidade tem notável evidência no Brasil por concentrar o terceiro maior rebanho de gado do país, importante relevo na produção agrícola e na extração mineral industrial, além de ter grande número de garimpos irregulares.

Gráfico 2 - 15 Municípios com mais autos de infração lavrados entre 1995 a 2021

ARAÚJO, Noême Martins de; MOARIS, Hugo Arruda de; SILVA, Alyne Karolayne Melquiades Souza da. Joaquim Nabuco e o saber geográfico: uma leitura a partir de Manuel Correia de Andrade. **Revista Rural & Urbano**. Recife. v. 07, n. 02,, p. 32-59, 2022. Disponível em <<https://doi.org/10.51359/2525-6092.2022.255499>>



Fonte: Painel de informações e estatísticas da inspeção do trabalho no Brasil – Radar SIT (2022)

A região Nordeste figura em destaque com uma cidade, Bom Jardim, situada no estado pernambucano, com quase 400 trabalhadores apanhados em condição de escravizados. Os demais municípios expostos no gráfico pertencem à região Sudeste: São Paulo, ocupando a segunda posição, com 1.317 resgatados; Rio de Janeiro, com 596 pessoas libertadas; e Conceição do Mato Dentro, em Minas Gerais, com 313. Outrossim, cerca de 80% dos indivíduos libertados são negros ou pardos e apresentam baixo nível de escolaridade (Radar SIT, 2022).

Ainda segundo o Radar SIT (2022), cerca de 90% dos indivíduos libertos na região Sudeste foram identificados em áreas urbanas e eram submetidos, principalmente, a serviços domésticos, à fabricação de artefatos de concreto, cimento, gesso e similares, como também eram alocados na construção civil, tecelagem de fios de algodão, dentre outras atividades, todas sem registro trabalhista legal.

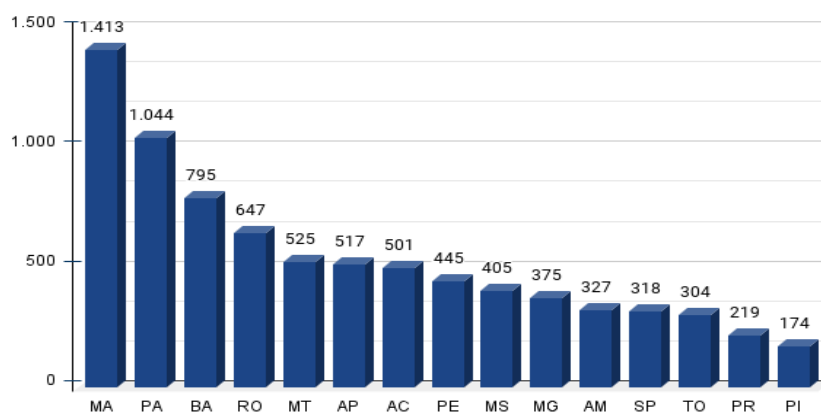
Em contrapartida, as pessoas resgatadas nas áreas rurais exerciam principalmente funções agrícolas, criatórias e aquelas voltadas à extração de minérios e de maneira secundária, figuravam-se em atividades de confecção de peças de vestuário, edificação, transporte de materiais, e outros (Radar SIT, 2022).

Quando relacionamos esses dados com os da Comissão Pastoral da Terra, percebe-se que, embora o Maranhão, estado nordestino, ostente a primeira posição no Gráfico 3, a região Norte, além de apresentar o maior número de resgates de pessoas em condição de trabalho análogo à de escravo, igualmente lidera na quantidade de conflitos fundiários. Somando-se os dados

ARAÚJO, Noême Martins de; MOARIS, Hugo Arruda de; SILVA, Alyne Karolayne Melquiades Souza da. Joaquim Nabuco e o saber geográfico: uma leitura a partir de Manuel Correia de Andrade. **Revista Rural & Urbano**. Recife. v. 07, n. 02,, p. 32-59, 2022. Disponível em <<https://doi.org/10.51359/2525-6092.2022.255499>>

correspondentes aos estados do Pará, Rondônia, Amapá, Acre, Amazonas e Tocantins, alcançaram a marca de 3.340 conflitos entre 2012 e 2021, fazendo do Norte do país a área com mais hostilidades no campo. Seguida pelo Nordeste, logo após, o Centro-Oeste, depois, o Sudeste e, em menor contingente, o Sul do Brasil. No Gráfico 3, encontram-se informações sobre o cômputo dos enfrentamentos no campo entre 2012 e 2021

Gráfico 3 - Conflitos fundiários no Brasil (2012 -2021)



FONTE: Comissão Pastoral da Terra – CPT (2022).

Organização dos dados e elaboração do gráfico: Noême Martins de Araújo (2022)

O Nordeste é a segunda região brasileira com maior ocorrência de violência no campo – os estados da Bahia, Pernambuco, Maranhão e Piauí apresentaram, dentro do período analisado, 2.827 notificações; Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, ambos no Centro-Oeste, identificaram 930 denúncias; São Paulo e Minas Gerais representam a soma do Sudeste, com 693. Por último, o Paraná, único representante do Sul do Brasil, com 219 queixas.

Tais conflitos alternam-se entre assassinatos, ameaça de morte, agressão, danos materiais (destruição de roçados, casas e outros bens), despejos, tentativas de expulsão, subordinação por dívida, impedimento de ir e vir, contaminação por agrotóxico, estupro e pistolagem (CPT, 2022). Os envolvidos nos embates são fazendeiros, grileiros, indígenas, agricultores familiares, posseiros, garimpeiros, madeireiros, empresários e o Estado (CPT, 2022).

ARAÚJO, Noême Martins de; MOARIS, Hugo Arruda de; SILVA, Alyne Karolayne Melquiades Souza da. Joaquim Nabuco e o saber geográfico: uma leitura a partir de Manuel Correia de Andrade. **Revista Rural & Urbano**. Recife. v. 07, n. 02,, p. 32-59, 2022. Disponível em <<https://doi.org/10.51359/2525-6092.2022.255499>>

Tais ocorrências foram dispostas neste artigo para corroborar a hipótese de Manuel Correia de Andrade, quando o autor entende o pensamento de Nabuco como de “grande atualidade”. Em vista disso, Nabuco (2019 [1883], p. 164) fez uma confissão que, pela conjuntura, pode ser encarada como uma espécie de previsão do futuro nacional. Ele revelou: “[...] eu não acredito que a escravidão deixe de atuar como até hoje sobre o nosso país quando os escravos forem todos emancipados”.

Os dados do Brasil atual apontam que Joaquim Nabuco estava correto: a emancipação dos trabalhadores escravizados sem as reformas necessárias só transferiu o problema. No final do século XIX, os movimentos abolicionistas reivindicavam a libertação de pessoas; atualmente, a luta é pela alforria da terra. Nessa óptica, após a Abolição, “[...] a grande propriedade se manteve e se expandiu em função do poder e da violência dos seus proprietários. Muitas vezes houve casos de luta entre famílias de latifundiários pela posse da terra que se transformaram, também em lutas políticas” (ANDRADE, 1991, p. 37).

Substancialmente, as informações exploradas nos Gráficos 1, 2 e 3, só reafirmam que, mesmo após suposta emancipação dos escravizados, as maiores vítimas da estrutura montada no Brasil continuam sendo, majoritariamente, indivíduos pobres, negros, pardos e com acesso restrito à escolarização.

Sem terra para plantar, sem emprego e com perspectivas nulas de melhoramento de vida, são presas fáceis, ludibriados com falsas promessas, são submetidos ao trabalho forçado, insalubre, com baixa ou nenhuma remuneração. Quando não, estão reivindicando a realização da Reforma Agrária como forma de garantir trabalho e subsistência. Em meados do século XX, Carolina Maria de Jesus desabafava: “E assim no dia 13 de maio de 1958 eu lutava contra a escravatura atual — a fome!” (JESUS, 1992, p. 27).

A realidade de Carolina, em meados do século XX, é a rotina de muitos outros no século XXI: o ordenamento do país que foi se delineando a partir de 1888, ano da Lei Áurea, configurou-se num arranjo estrutural que favoreceu a poucos, porquanto

Para o negro, sem a oportunidade de competir com chances reais na nova ordem, restavam os interstícios do sistema social: a escória proletária, o ócio dissimulado

ARAÚJO, Noême Martins de; MOARIS, Hugo Arruda de; SILVA, Alyne Karolayne Melquiades Souza da. Joaquim Nabuco e o saber geográfico: uma leitura a partir de Manuel Correia de Andrade. **Revista Rural & Urbano**. Recife. v. 07, n. 02,, p. 32-59, 2022. Disponível em <<https://doi.org/10.51359/2525-6092.2022.255499>>

ou a criminalidade fortuita ou permanente como forma de preservar a dignidade de “homem livre”. Ao perderem a posição de principal agente do trabalho, os negros perderam também qualquer possibilidade de classificação social. A ação concomitante da extinção das estratégias de acomodação do passado, que propiciaram a negros e mulatos ocupações compensadoras e até nobilitantes, mostra o grau dramático para esse setor da nova configuração de vida econômica (SOUZA, 2017, p. 48).

Em suma, as palavras de Souza (2017) refletem não somente a hodiernidade da população sujeitada entre 1888 e as primeiras décadas da era seguinte, mas abrange esta contemporaneidade.

Concluimos, aqui, reafirmando e convencidos de que o pensamento de Nabuco, endossado por Manuel Correia, proporciona contribuições fantásticas acerca da edificação jurídica e social do território, das bases econômicas, moldando o sentido de existência e, certamente, o pensamento geográfico brasileiro. A respeito disso, Nabuco (2019 [1883], p. 140; 141) reflete sobre o poder da prática escravista e como ela influenciou na formação do Brasil:

Para resumir-me num campo de observação que exigiria um livro à parte: a influência da escravidão sobre o território e a população que vive dele foi em todos os sentidos desastrosa. Como exploração do país, os seus resultados são visíveis na carta geográfica do Brasil, na qual os pontos negros do seu domínio são uma área insignificante comparada à área desconhecida ou despovoada; como posse do solo explorado, nós vimos o que ela foi e é. O caráter da sua cultura é a improvidência, a rotina, a indiferença pela máquina, o mais completo desprezo pelos interesses do futuro, a ambição de tirar o maior lucro imediato com o menor trabalho próprio possível, qualquer que seja o prejuízo das gerações seguintes.

Por meio desses apontamentos, ficam claras a sensibilidade e a capacidade de análise geográfica que Joaquim Nabuco (2019) possuía acerca do espaço disposto à sua volta. Ele tinha uma leitura capaz de captar a totalidade, e isso o tornou, aos olhos de Andrade (2007), uma potencial referência aos estudos espaciais geográficos brasileiros.

Considerações finais

O principal resultado da investigação foi de apresentar uma perspectiva teórica e reflexiva a partir da hipótese de Manuel Correia de Andrade (1977), que apontou para a necessidade de

ARAÚJO, Noême Martins de; MOARIS, Hugo Arruda de; SILVA, Alyne Karolayne Melquiades Souza da. Joaquim Nabuco e o saber geográfico: uma leitura a partir de Manuel Correia de Andrade. **Revista Rural & Urbano**. Recife. v. 07, n. 02,, p. 32-59, 2022. Disponível em <<https://doi.org/10.51359/2525-6092.2022.255499>>

verificação e investigação do saber produzido por Nabuco (2019 [1883]) em seus escritos. Isso permitiu entender que as ideias do abolicionista pernambucano foram construídas dentro de um contexto histórico-geográfico bem definido, mantendo uma forte e indissociável relação com o processo de configuração do território brasileiro.

Concomitantemente, a referida inquirição aponta para a importância d'*O Abolicionismo*, destacando a atualidade de suas ideias, evidenciando a colaboração desse escrito para a formação de um pensamento geográfico no/do Brasil.

A partir das reflexões prestadas por Manuel Correia de Andrade, é possível compreender que Joaquim Nabuco apresentou um cabedal de informações, por meio de suas obras, de grande relevância para os estudos históricos, sociológicos e geográficos do Brasil, principalmente no que concerne às bases do processo de construção da sociedade brasileira, desvelando-se enquanto uma nação inacabada, ainda hoje buscando seu equilíbrio.

De forma original, Nabuco situou os trabalhadores escravizados como os protagonistas da produção do espaço brasileiro, inclusive apresentando, mediante seus conhecimentos, ideias, vivências e posição, além de sua forma de ler a dinâmica espacial, as representações da nação interposta pela maneira como se deu a organização territorial do país.

Ademais, os dados, explorados, validaram e corroboraram com a hipótese levantada por Andrade (1977) de que os escritos históricos “não-geográficos” assumem como centralidade a interpretação da realidade brasileira, tornando-se fundamentais para a construção de um saber “sócio-geográfico de grande atualidade para os geógrafos de hoje” (ANDRADE, 1977, p. 19). Por meio desses, foi possível refletirmos as raízes históricas da profunda desigualdade ostentada pelo país. A origem dos males – podemos dizer assim – vai se delineando a partir das formas de exploração do trabalho, assumindo sua materialidade com uma Abolição tardia e mal-planejada.

Ora, esperou-se mais de 300 anos para que o fim da escravidão fosse decretado legalmente, processo de lentidão assegurado pelo próprio Estado, por intermédio de leis que aspiravam a postergar a emancipação dos cativos. Tal situação nos provoca uma inquietação: serão necessários mais 300 anos para que a terra seja livre?

ARAÚJO, Noême Martins de; MOARIS, Hugo Arruda de; SILVA, Alyne Karollayne Melquiades Souza da. Joaquim Nabuco e o saber geográfico: uma leitura a partir de Manuel Correia de Andrade. **Revista Rural & Urbano**. Recife. v. 07, n. 02,, p. 32-59, 2022. Disponível em <<https://doi.org/10.51359/2525-6092.2022.255499>>

Assim, nas impecáveis palavras de Andrade (1991, p. 11): “[...] como em maio de 1888, na luta contra a escravidão, atualmente os ânimos estão exaltados; alega-se mais uma vez o ‘sacrossanto’ direito de propriedade, procurando minimizar o princípio de que a propriedade da terra tem função social”. Dentro dessa perspectiva, Nabuco reclamou o fim do trabalho escravizado e exigiu a democratização do solo, era contra a monocultura e incentivou a agricultura familiar e a policultura (ANDRADE, 1999), o que demonstra todo seu caráter inovador e atual.

Referências

ANDRADE, M. C. O pensamento geográfico e a realidade brasileira. **Boletim Paulista de Geografia**, AGB, São Paulo, n. 54, Junho 1977, pp. 5-28.

ANDRADE, M. C. A. A importância do ensaio “A escravidão”. In: NABUCO, J. **A escravidão**. Compilado por José Antônio Gonsalves de Mello: apresentação e organização de Leonardo Dantas Silva; prefácio de Manuel Correia de Andrade. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1988.

ANDRADE, M. C. **Abolição e Reforma Agrária**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1991.

ANDRADE, M. C. A construção da geografia brasileira. **Finisterra**, [S. l.], v. 34, n. 67/68, 1999a, pp. 19-34. DOI: 10.18055/Finis 1681. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/finisterra/article/view/1681> . Acesso em: 12 jun. 2022.

ANDRADE, M. C. **Atualidade de Nabuco**. 1. ed. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1999.

ANDRADE, M. C. A geografia no contexto das ciências sociais em Pernambuco. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 65, v. 22, 2007, pp. 9-16.

ANDRADE, M. C. **Geografia: ciência da sociedade**. 1. ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). **Massacres no campo**. Brasil: Goiânia, 2012-2021. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/downloads/category/36-conflitos-por-terra-ocorrencias> . Acesso em: 2 jul. 2022.

FREYRE, F. M. Presença de Joaquim Nabuco. In: ANDRADE, M. C. **Atualidade de Nabuco**. 1. ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 1999.

ARAÚJO, Noême Martins de; MOARIS, Hugo Arruda de; SILVA, Alyne Karolayne Melquiades Souza da. Joaquim Nabuco e o saber geográfico: uma leitura a partir de Manuel Correia de Andrade. **Revista Rural & Urbano**. Recife. v. 07, n. 02,, p. 32-59, 2022. Disponível em <<https://doi.org/10.51359/2525-6092.2022.255499>>

GHEDIN, E. Hermenêutica e pesquisa em educação: caminhos da investigação interpretativa. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PESQUISA E ESTUDOS QUALITATIVOS – SIPEQ, 2. ed., 2004. **Anais II** Seminário internacional de pesquisa e estudos qualitativos, Universidade Sagrado Coração: Bauru, São Paulo. p. 1-14.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário**: agricultura, pecuária e outros. 2017. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/21814-2017-censo-agropecuaria.html?=&t=series-historicas>. Acesso em 02 jul. 2022.

JESUS, C. M. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. 10. ed. São Paulo: Ática, 2014.

MORAIS, A. C. R. [Palestra] A história do pensamento geográfico no Brasil: indicações. **GEOGRAFARES**, Vitória, nº 3, jun. 2002.

MORAIS, A. C. R. **Ideologias geográficas**. São Paulo: Annablume, 2005. 158 p.

NABUCO, J. **Campanha abolicionista no Recife**: (eleições 1884 / Joaquim Nabuco). Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.

NABUCO, J. **O abolicionismo**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2019.

PAINEL DE INFORMAÇÕES E ESTATÍSTICAS DA INSPEÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL (Radar SIT). **Trabalho escravo**. 2022. Disponível em: <https://sit.trabalho.gov.br/radar/>. Acesso em 2 jul. 2022.

RIBEIRO, G. «Agentes da tradução e circulação dos clássicos na periferia da ciência», **Terra Brasilis** (Nova Série) [Online], 15 | 2021, posto online no dia 31 julho 2021. Disponível em: URL: <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/8014>; DOI: <https://doi.org/10.4000/terrabrasilis.8014>. Acesso em: 12 jun. 2022.

SOUZA, J. **A elite do atraso**: da escravidão à Lava Jato. 1. ed. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

ARAÚJO, Noême Martins de; MOARIS, Hugo Arruda de; SILVA, Alyne Karolayne Melquiades Souza da. Joaquim Nabuco e o saber geográfico: uma leitura a partir de Manuel Correia de Andrade. **Revista Rural & Urbano**. Recife. v. 07, n. 02,, p. 32-59, 2022. Disponível em <<https://doi.org/10.51359/2525-6092.2022.255499>>